

## Comparação com 2001 mostra que racionamento é improvável

Jeferson Ribeiro  
Brasília

Uma análise comparativa entre 2001 e 2007 dos dados sobre produção e consumo de energia, do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas no País e do total de linhas de transmissão instaladas no território nacional mostra que dificilmente um novo racionamento de energia ocorrerá nesse ano.

O risco de um novo apagão e de racionalização de energia elétrica, como o que ocorreu durante o governo Fernando Henrique Cardoso, em 2001, foi levantado pelo diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman. Apesar de negar a possibilidade, o governo resolveu acionar as usinas térmicas no Sul e no Nordeste para preservar o atual nível dos reservatórios nas hidrelétricas dessas regiões. O ministério de Minas e Energia diz que essa é uma medida preventiva.

Uma comparação do cenário energético entre 2001 e o ano passado corrobora com a garantia do governo. Em 2001, a produção de energia somava pouco mais de 328,5 mil GWh (GigaWats) e o consumo era de aproximadamente 309,7 mil GWh. Havia cerca de 72,4 mil quilômetros de linhas de transmissão instaladas e o nível médio dos reservatórios nas hidrelétricas em todo País eram bem inferiores aos registrados na média do ano passado.

"Realmente temos um cenário bem melhor do que em 2001. Os reservatórios do Sul estão em níveis melhores do que naquela época. E, mesmo no Nordeste, a média registrada no ano passado é muito melhor do que em 2001. Mas, naquela época, também sobrava gás natural, que agora está quase em falta. Naquela época, também havia menos usinas térmicas do que agora", comenta o coordenador dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor Luiz Pingueli Rosa.

Pingueli Rosa foi um dos primeiros especialistas a prever o apagão de 2001 e depois se tornou presidente da Eletrobras no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para se ter idéia, os reservatórios nordestinos atravessaram aquele ano com um nível médio de 23,5%. Em novembro de 2001, chegaram a bater nos seu nível mais baixo de 7,8%. No Sul, apesar dos reservatórios estarem cheios, com uma média anual de 89,2% em todo ano, não havia linhas de transmissão para levar energia para as outras regiões. No ano passado, a média do nível dos reservatórios ficou em 67,96%. No mês passado, eles atingiram seu patamar mais baixo, cerca de 26,6%. Ou seja, três vezes mais elevado. Mesmo assim, o governo decidiu que as térmicas da região deveriam entrar em funcionamento para evitar qualquer risco ao sistema.

Em 2001, havia muito mais precariedade de usinas térmicas, de gás para seu funcionamento e o sistema nacional de transmissão de energia estava longe da interligação total, como ocorre hoje. Desde 2002, o governo federal expandiu rapidamente as linhas de transmissão no País. Foram mais de 3 mil quilômetros de novas linhas desde o apagão. Agora, o País tem mais de 87 mil quilômetros de linhas para transportar energia entre as regiões. Até o final desse ano, devem ser mais de 93 mil quilômetros.

Nas últimas semanas, o governo decidiu acionar algumas térmicas da região Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, mesmo com os níveis de reservatórios bem mais elevados do que em 2001. No ano passado, as usinas hidrelétricas da região mantiveram os reservatórios com níveis médios de 72%. No pior mês, dezembro, os níveis se mantiveram em 46,1%. Em 2001, os níveis médios eram de apenas 28%. O menor nível foi atingido em setembro, com 20,6%.

Com tantas dificuldades, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso decretou o racionamento de energia, que entre outras medidas obrigou os brasileiros a reduzir seu consumo em pelo menos 20%. Os jogos de futebol não puderam mais acontecer à noite, as concessionárias de energia foram obrigadas a reduzir a iluminação pública nas ruas, avenidas, praças e estradas em 35%, os shows, circos e parques de diversão tiveram que comprar geradores de energia para funcionarem e novas empresas foram proibidas de se ligarem à rede de energia.

Os dados mais recentes de geração de energia são de 2006 e mostram a diferença com 2001. Enquanto a diferença entre a oferta e o consumo de energia naquele ano era de aproximadamente 18,7 GWh, em 2006 a sobra chegou a 29,3 GWh. Entre 2001 e 2006, a produção avançou 27,6% e o consumo 25,9%.

O risco energético brasileiro é mais alto do que muitos países no mundo e a diferença está na matriz de geração de energia. Cerca de 83% da oferta de energia nacional é proveniente de usinas hidrelétricas, extremamente mais limpas que usinas movidas a carvão ou óleo combustível, usadas largamente nos Estados Unidos, por exemplo. Contudo, a dependência do período de chuvas torna esse sistema mais vulnerável em períodos históricos de estiagem. Nesse ano, por exemplo, as chuvas que costuma encher os reservatórios e garantir um abastecimento sem sustos estão pelo menos 15 dias atrasadas. O suficiente para provocar análises como a do diretor-geral a Aneel.

Junta-se ao temor de Kelman o recente episódio de outubro do ano passado, quando o governo decidiu ativar algumas usinas termelétricas e houve falta de gás natural para produção de energia. Agora, o governo garante que isso não se repetirá, porque a Petrobras está preparada para suprir as distribuidoras estaduais e as usinas térmicas. O ministro de Minas e Energia, Nelson Hubner, revelou que no mês que vem uma nova carga de aproximadamente 5,5 milhões de metros cúbicos de gás serão despachados da bacia do Espírito Santo, o que vai garantir o funcionamento de pelo menos mais uma usina térmica, caso necessário.

Para Pingueli Rosa, apesar de haver um cenário de maior segurança energética do que em 2001, o governo deveria pensar em um programa de incentivo ao uso racional de energia. "Isso poderia gerar de 5% a 10% de economia no consumo residencial, o que é fundamental para esse período mais crítico", sugere. Na avaliação do professor, esse programa deveria ser permanente e não apenas quando os reservatórios chegam a níveis mais baixos.

### *Preços*

O despacho de usinas térmicas na região Nordeste e Sudeste não provocará aumento das tarifas de energia para os consumidores residenciais agora. Porém, quando a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) fizer a revisão tarifária das distribuidoras, pode ser que o acionamento de uma matriz de geração mais cara, como é o caso das térmicas, surta uma elevação de preço.

Contudo, esse custo pode até não ser repassado para os consumidores, já que as concessionárias de energia podem absorver esse aumento pelo fator de risco, usado na fórmula de cálculo da Aneel. Se as chuvas recomeçarem em breve, esse custo da geração térmica também fica minimizado, porque o governo pode decidir voltar a usar a energia das hidrelétricas.

No ano passado, o preço da energia aos consumidores residenciais, comerciais e industriais caiu mais de 6%, segundo o cálculo do IPCA, índice oficial usado para medir a inflação.

Porém, o acionamento das usinas termelétricas já está provocando o aumento do preço da energia excedente usado pelas indústrias. Nesse caso, apenas os contratos especiais de sobras de energia é que podem ser revistos pelas distribuidoras, e os preços devem subir. Para Pingueli Rosa, o governo deveria exercer um controle maior sobre esse mercado livre de energia. Isso melhoraria o planejamento de oferta e demanda.

Isso acontece porque para vender energia às indústrias, as distribuidoras terão que pagar mais caro pelo insumo, já que a geração é térmica e não hidráulica. Contudo, esse custo adicional não é repassado para os preços dos produtos necessariamente.

In. Comparação com 2001 mostra que racionamento é improvável. **Site Invertia**, Energia, Mídia Online, 20 janeiro.2008.